



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0004723-91.2015.8.26.0566 - 2015/001097**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito**  
 Documento de Origem: **IP - 123/2015 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Réu: **Patrícia Maria dos Reis Canedo**  
 Data da Audiência: **28/07/2017**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **PATRÍCIA MARIA DOS REIS CANEDO**, realizada no dia 28 de julho de 2017, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. GUSTAVO LUÍS DE OLIVEIRA ZAMPRONHO**, DD. Promotor de Justiça; a presença da acusada, acompanhada da defensora **DRA. MARIA CLAUDIA DE SEIXAS (OAB 88552/SP)**. Presente o Assistente de Acusação **DR. ARLINDO BASÍLIO (OAB 82826/SP)**. Presente também o **DR. GUSTAVO LUÍS DE OLIVEIRA ZAMPRONHO**, DD. Promotor de Justiça. Iniciados os trabalhos, foram inquiridas as testemunhas **FABERSON LUIZ DOS SANTOS, GILBERTO CLOVIS DE SOUZA e PAULO EDUARDO ALMADA COELHO**, sendo realizado o interrogatório da acusada. Em seguida, as partes desistiram das oitivas das demais testemunhas, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO:** MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra **PATRÍCIA MARIA DOS REIS CANEDO** pela prática de crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor. Instruído o feito, requeiro a procedência. A materialidade delitiva está devidamente comprovada pelos laudos periciais produzidos e juntados no feito, notadamente o exame necroscópico e o laudo pericial do local dos fatos. A autoria é indubitável, pois não há dúvidas de que a ré dirigia o veículo Cruze na ocasião. Outro ponto que ficou muito evidente é que a acusada ultrapassou o sinal de "Pare" motivando a colisão com a motocicleta da vítima, o que se traduz em imprudência, bem como em negligência, afinal segundo o croqui do local é possível perceber a existência de sinalização tanto no solo como em placas verticais. Eventual colaboração da vítima para o acidente, na seara criminal, não tem



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

relevância a não ser para a fixação da pena, na medida em que inexistente compensação de culpa para verificar a consumação do delito. No caso, a culpa está clara também porque podemos perceber que o veículo atingiu a motocicleta, sendo amassado em sua parte da frente e não em sua lateral, o que poderia sugerir que a motocicleta teria se chocado com o veículo. Por tudo isso, ciente de que as partes já se compuseram na esfera cível, requeiro a procedência e com relação à pena, requeiro sejam observados eventuais antecedentes e os dispositivos legais pertinentes. **DADA A PALAVRA À ASSISTÊNCIA DA ACUSAÇÃO:** MM. Juiz: ratifica-se os termos deduzidos pelo Ministério Público, apenas acrescentando em seus argumentos anteriores que de fato o laudo de fls. 51/56 demonstra a dinâmica do acidente. Afasta-se desde logo os argumentos que a defesa deduziu em preliminar porquanto a foto 05 de fls. 54 é clara em demonstrar que o impacto do veículo Cruze foi em sua dianteira. De igual sorte ao argumento da difícil visibilidade em razão de veículos estacionados na Rua Dom Pedro, observa-se à fls. 53 a foto número 03 indica inclusive a inexistência de veículos estacionados no lado direito e a sinalização que proíbe o estacionamento de veículos no lado direito. Quanto à distância em que foi imobilizada a motocicleta, deve-se observar que o local trata-se de um declive e perfeitamente compreensível um veículo ainda que a velocidade de 30 a 40 km/h poderia se descolar à distância em que foi localizado o veículo. No mais, bem ponderado foi o Ministério Público, a acusada desde logo reparou os danos na seara cível sem nenhuma resistência, o que certamente deve servir para a atenuação da eventual reprimenda a ser aplicada. No mais, tem-se ainda tratar-se de pessoa primária, de bons antecedentes e por certo a reprimenda poderá ser limitada ao mínimo legal e eventual outras benesses que a lei lhe faculta. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: pelas provas produzidas sob o crivo do contraditório, tanto as de natureza técnica (laudo oficial, laudo apresentado pelo assistente técnico), bem como pela prova oral, não se consegue extrair a certeza que se exige para impor um decreto condenatório, pois pairam sérias dúvidas se a acusada efetuou de forma imprudente a travessia no citado cruzamento, assim sendo requer a absolvição com fundamento no artigo 386 do VII, do CPP, alternativamente, no caso de eventual condenação, deve ser levado em consideração a reparação do dano, a primariedade e bons antecedentes da acusada,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

impondo-se a reprimenda em seu patamar mínimo, substituindo por penas alternativas dispostas no artigo 44 do CP. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. PATRÍCIA MARIA DOS REIS CANEDO**, qualificada, foi denunciada como incurso no artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro. A ré foi citada e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação da acusada nos termos da denúncia, no que foi seguido pela Assistência de Acusação. E a defesa pleiteou o decreto absolutório. **É o relatório. DECIDO.** A dinâmica do acidente está bem demonstrada conforme prova produzida com fatura nos autos: o veículo conduzido pela ré seguia via secundária e a moto pilotada pela vítima seguia por via preferencial. Quando a ré cruzava a via preferencial, houve a colisão contra a moto onde estava a vítima, que veio a falecer. Ao ser ouvida nesta data, a ré declarou que observou o sinal de parada obrigatória e o respeitou, tendo ocorrido o acidente sem que a acusada percebesse, alegando assim que foi colhida de surpresa, embora houvesse tomado a cautela necessária. Por outro lado, existe testemunha presencial, a saber, Faberson Luiz, também ouvido nesta data, o qual declarou que a ré desrespeitou o sinal de parada obrigatória. Foi exatamente isso que aconteceu, ou seja, a ré desrespeitou a sinalização de parada obrigatória e a via preferencial, sendo que os documentos técnicos de fls. 207/271 não pode ser acolhidos para afastar a responsabilidade da acusada. O fato foi registrado audiovisualmente conforme consta do DVD encartado aos autos já na fase de inquérito policial, a fls. 22/25. Houve captação do exato momento do acidente, de modo a não deixar a menor dúvida de que a ré desrespeitou a placa "Pare". É bem verdade que a velocidade da ré não era excessiva, e ao que tudo indica, tampouco a da motocicleta, embora mais veloz em comparação ao veículo da ré. Efetivamente a motocicleta não estava a 30km/h como poderia se imaginar caso estivesse seguindo a mesma velocidade do veículo de autoescola onde estava Faberson Luiz. Todavia, a velocidade da vítima estava dentro dos limites permitidos pelas regras de trânsito para o local, ainda que fosse de 60km/h, o que certamente contribuiu para a forte colisão que resultou na morte da vítima. Tenho como bem demonstrada a culpa da acusada. A materialidade está demonstrada. Passo a fixar a pena. Fixo a pena base no mínimo legal de 02 anos de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

detenção e 02 meses de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. Com base no artigo 33, § 2º, c, do CP e Súmulas 718 e 719 do STF, o acusado deverá iniciar o cumprimento da medida em regime aberto. Com base nos artigos 43 e 44 do C.P., substituo a pena privativa de liberdade por 02 anos de prestação de serviços à comunidade, e 10 dias-multa. Para o caso de conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, desde já autorizo o “*sursis*” pelo prazo de dois anos. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se a ré **PATRÍCIA MARIA DOS REIS CANEDO** à pena de 02 anos de prestação de serviços à comunidade, 02 meses de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor, e 10 dias-multa, por infração ao artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito:

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Assistente de Acusação:

Acusada:

Defensora: